

Procurador Jurídico

⚠️ LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

- É responsabilidade exclusiva do candidato a conferência de seus dados pessoais, impressos no Cartão de Respostas e no caderno de provas, em especial o nome, o número de inscrição, o número de seu documento de identidade, cargo de sua opção, assim como, a marcação e assinatura do seu Cartão de Respostas.
- Verifique se este caderno de prova contém **60** questões. Com quatro alternativas identificadas pelas letras **A, B, C e D** das quais apenas uma será a resposta correta.
- Preencha o Cartão de Respostas da prova objetiva utilizando caneta esferográfica azul ou preta, ocupando totalmente o campo de marcação, ao lado dos números, que corresponde à resposta correta. Conforme ilustração:
○●○○○
- **Atenção:** Serão consideradas incorretas questões para as quais o candidato tenha preenchido no cartão resposta mais de uma opção, bem como questões em que o campo de marcação apresente rasuras, emendas ou que não esteja preenchido integralmente. Tenha muito cuidado para não danificar o código de barras utilizado na leitura óptica do Cartão de Respostas, por isso não **DOBRE, AMASSE ou MANCHE** o mesmo. O Cartão de Respostas será o único documento válido para a correção das provas, salvo à disposição do IDCAP.
- Os fiscais **NÃO** são autorizados a prestar informações de interpretação das questões. Sua função é apenas fiscalizar e orientar quanto ao funcionamento do certame.
- Ao concluir a prova, **entregue ao fiscal de sala o Cartão de Respostas da Prova Objetiva e Discursiva**. A não devolução implicará à eliminação sumária do candidato.
- **Assine a Lista De Presença, Cartão Resposta e transcreva a frase de segurança presente no Cartão Resposta da prova objetiva, sob pena de eliminação.**

⊗ NÃO SERÁ PERMITIDO:

- Folhear o caderno de provas antes da autorização do fiscal. Caso aconteça, implicará na eliminação do candidato.
- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- O uso de calculadoras, dicionários, telefones celulares, pen drive, fone de ouvido, relógio de qualquer espécie, recursos didáticos, aparelhos eletrônicos e bonés.
- A permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e a entrega do Cartão de Respostas, devendo o candidato retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e bebedouros.

🕒 TEMPO DE PROVA:

- A prova terá duração máxima de **5h (cinco horas)**, incluído o tempo para preenchimento do Cartão de Respostas.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova **após 1 (uma) hora de seu início**.
- O candidato poderá **levar o caderno de provas 1 (uma) hora antes de seu término**. Antes desse horário, será permitido ao candidato levar apenas o **RECORTE DO RODAPÉ DA CAPA DA PROVA** (parte que contém espaço para preenchimento do gabarito).
- Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente e devem fazê-lo após a assinatura da ata de sala.

1		7		13		19		25		31		37		43		49		55	
2		8		14		20		26		32		38		44		50		56	
3		9		15		21		27		33		39		45		51		57	
4		10		16		22		28		34		40		46		52		58	
5		11		17		23		29		35		41		47		53		59	
6		12		18		24		30		36		42		48		54		60	

RASCUNHO

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 5.

O que explica a fumaça que tomou o país

Karla Longo, pesquisadora do Inpe, observa que as queimadas no Brasil acontecem sistematicamente todos os anos durante o inverno, com maior concentração nos meses de agosto e setembro.

"As queimadas que aconteceram em São Paulo nos últimos dias foram extraordinárias, algo que não acontece com frequência", diz Longo.

"Mas as queimadas de desmatamento da Amazônia e do Cerrado, para manejo da terra – tanto terras de pastagem, quanto terra agrícola –, é um comportamento muito bem estabelecido no Brasil. Bolívia e Paraguai têm comportamento muito parecido. Então isso acontece todos os anos, infelizmente", diz a pesquisadora.

A extensão dos incêndios, explica a especialista, depende de fatores como: o quanto está efetiva a política de combate ao desmatamento; o preço da terra na região desmatada no ano anterior; e o quanto o clima está seco, pois em anos de secas intensas os incêndios tendem a ser piores.

Desta forma, todos os anos o país costuma ser coberto por uma "pluma" de fumaça nesta época, principalmente em cidades da região Norte e do Centro-Oeste do país.

"O formato que essa pluma vai ter depende da posição da frente fria e dos sistemas meteorológicos que atuam na região", diz Longo.

Esses sistemas são a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), a Alta Subtropical do Atlântico Sul (ASAS) e os Jatos de Baixos Níveis da América do Sul (JBNAS), além das já mencionadas frentes frias (FF) e dos ventos alísios de Sudeste (ASE), que sopram do oceano para o continente.

A pesquisadora explica que, nesta época do ano, Nordeste e Sudeste também têm queimadas, mas nessas regiões não costuma se formar uma pluma densa de fumaça como aquela que cobre as regiões Norte e Centro-Oeste — principalmente devido aos ventos alísios, que tipicamente sopram de sudeste ou de leste e dispersam muito rapidamente essa fumaça.

O que aconteceu nos últimos dias, diz Longo, é que uma frente fria estacionária no Sudeste desviou a pluma de fumaça produzida na Amazônia e Mato Grosso na direção do Atlântico, passando sobre os Estados de São Paulo, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Além disso, houve uma quantidade muito atípica de focos de incêndio no Estado de São Paulo entre os dias 22 e 23 de agosto.

Esses dois fatores somados contribuíram para a formação de fumaça que tomou Brasília e o interior de São Paulo no fim de semana.

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4glr02z29dofragmento>
adaptado)

Questão 01

(Correta: B)

Em relação à morfossintaxe, analise as afirmativas referentes aos trechos:

1º "O formato que essa pluma vai ter depende da posição da frente fria e dos sistemas meteorológicos que atuam na região, diz Longo"

2º "Esses dois fatores somados contribuíram para a formação de fumaça que tomou Brasília e o interior de São Paulo no fim de semana."

I. Há, no 1º trecho, 7 substantivos.

II. A expressão "vai ter", no 1º trecho, pode ser substituída por "teria" sem alterar o sentido do texto.

III. Os adjetivos "fria" e "meteorológicos" estão nomeando os substantivos "frente" e "sistemas."

IV. No 2º trecho, conjugando o verbo "contribuir" no mesmo tempo e modo na 2ª pessoa do plural, tem-se "contribuíreis".

V. No 2º trecho, há 1 pronome demonstrativo e 1 numeral com função de adjuntos adnominais.

VI. No 2º trecho "somados" tem valor de adjetivo concordando com o substantivo "fatores".

Estão corretas:

- (A) Apenas II, III e IV.
- (B) Apenas I, V e VI.
- (C) Apenas II, III e V.
- (D) Apenas I, III, IV e V.

Questão 02

(Correta: A)

"As queimadas que aconteceram em São Paulo nos últimos dias foram extraordinárias."

Em relação à estrutura de formação do período acima analise as afirmativas:

I. Há uma oração subordinada adjetiva.

II. Há uma oração subordinada completiva nominal.

III. O termo "extraordinárias" tem valor de predicativo do sujeito.

IV. O período é formado por predicado nominal e predicado verbal.

Estão corretas:

- (A) Apenas I, III e IV.
- (B) Apenas I, II e III.
- (C) Apenas II, III e IV.
- (D) Apenas I e IV.

Questão 03

(Correta: D)

Em relação às regras de acentuação gráfica, classifique V, para as sentenças verdadeiras, e F, para as falsas:

() As palavras "frequência" e "extraordinárias" são proparoxítonas aparentes.

() A palavra "País" é acentuada pela mesma regra de acentuação de "baú".

() O vocábulo "além" é acentuado, pela mesma regra de acentuação de "Parabéns" e "refém".

() Em "Esses dois fatores somados contribuíram...", o termo destacado deveria ser acentuado.

() "Bolívia e Paraguai têm...", com o novo acordo ortográfico o verbo "ter" passou a ter acento diferencial para as formas no plural.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses é:

- (A) F, V, V, F e V.
- (B) F, F, V, V e F.
- (C) V, V, V, V e V.
- (D) V, V, V, V e F.

Questão 04

(Correta: A)

Identifique a alternativa em que a referência estabelecida entre o verbo destacado e a expressão entre parênteses está INCORRETA.

- (A) O que aconteceu nos últimos dias, diz Longo, é que uma frente fria estacionária no Sudeste desviou a pluma de fumaça produzida na Amazônia e Mato Grosso na direção do Atlântico, passando sobre os Estados de São Paulo, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro. (uma frente fria estacionária)
- (B) "As queimadas que aconteceram em São Paulo nos últimos dias foram extraordinárias, algo que não acontece com frequência. (algo)
- (C) O formato que essa pluma vai ter depende da posição da frente fria e dos sistemas meteorológicos que atuam na região", diz Longo. (essa pluma)
- (D) A extensão dos incêndios, explica a especialista, depende de fatores como: o quanto está efetiva a política de combate ao desmatamento. (a extensão dos incêndios)

Questão 05

(Questão anulada)

"O que aconteceu nos últimos dias, diz Longo, é que uma frente fria estacionária no Sudeste desviou a pluma de fumaça produzida na Amazônia e Mato Grosso na direção do Atlântico". Identifique a alternativa que completa corretamente as palavras com as mesmas letras das destacadas no trecho, respectivamente:

- (A) Pi....ina, pa....oca e reali....ar.

- (B) Confiden....ial, arcabou....o e glamouro....o.
- (C) Compreen....ão, discu....ão e destre....a.
- (D) Com....essão, maci....o e sistemat....a.

Direito Constitucional

Questão 06

(Correta: B)

A Constituição Federal, dentro do tema defesa do Estado e das instituições democráticas, previu instrumentos para manter ou restabelecer a ordem nos momentos de anormalidades, é o que se chama de sistema constitucional de crises, que compreende o Estado de Defesa e o Estado de Sítio. Sobre o assunto, tendo como fundamento as disposições do texto constitucional, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O Estado de sítio pode ser decretado para preservar ou prontamente restabelecer em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
- (B) Na vigência do estado de defesa a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.
- (C) O Presidente da República pode, ouvidos o Ministro da Justiça e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de defesa.
- (D) O Presidente da República pode, ouvidos o Ministro da Justiça e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de sítio.

Questão 07

(Correta: C)

Constitucionalmente a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são entes federativos dotados de autonomia. Entretanto, em algumas situações excepcionais, a Constituição Federal prevê a possibilidade de intervenção, momento em que essa autonomia será temporariamente suprimida. Sobre a intervenção, de acordo com aquilo que prevê a Constituição, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A decretação da intervenção dependerá, no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.
- (B) A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação, dentre outros.

- (C) O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Supremo Tribunal Federal ou dos Tribunais Regionais Federais, no prazo de quarenta e oito horas.
- (D) O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde, dentre outros.

Questão 08

(Correta: D)

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) é um dos principais instrumentos do controle concentrado de constitucionalidade. Em regra, por meio do controle concentrado, busca-se eliminar, a lei ou o ato normativo incompatível com a Constituição. Nesse contexto, conforme determina a Constituição Federal, podem propor a ação direta de inconstitucionalidade, EXCETO:

- (A) O Presidente da República.
- (B) O Procurador-Geral da República.
- (C) O Governador de Estado ou do Distrito Federal.
- (D) Os Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil.

Questão 09

(Correta: C)

O Ministério Público, de acordo com o que determina a Constituição Federal, é uma função essencial à justiça. Sobre o assunto, com base no texto constitucional, analise as proposições abaixo:

I. Incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

II. Uma das garantias asseguradas aos membros do Ministério Público é a estabilidade após a aprovação em estágio probatório.

III. Uma das vedações impostas aos membros do Ministério Público é o exercício de atividade político-partidária.

IV. O Ministério Público tem como uma de suas funções institucionais defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

V. A elaboração da proposta orçamentária do Ministério Público será realizada pelo Poder Judiciário, com a observância dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II, III, IV e V.

- (B) I, II e V, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I e IV, apenas.

Questão 10

(Correta: C)

As normas constitucionais, em regra, possuem eficácia. Essa eficácia, de acordo com os ensinamentos da doutrina jurídica, pode ser classificada como plena, contida ou limitada. Sobre a aplicabilidade e a eficácia das normas constitucionais, analise as afirmativas abaixo e as classifique em Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

(___) As normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta, imediata e integral são aquelas que, a partir do momento que a Constituição entra em vigor, estão aptas a produzirem efeitos, independentemente da existência de norma infraconstitucional.

(___) As normas constitucionais de eficácia contida, por sua vez, têm aplicabilidade direta e imediata, contudo, possivelmente não integral. Significa dizer que reúnem todas as condições para produzirem seus efeitos já no momento da promulgação ou entrada em vigor da Constituição, porém poderá existir redução de sua abrangência.

(___) As normas constitucionais de eficácia limitada possuem aplicabilidade direta, imediata e reduzida.

(___) As normas constitucionais de eficácia limitada são aquelas que, no momento da promulgação ou do início da vigência da Constituição, não têm condições de produzir todos os seus efeitos, sendo necessária a edição de norma regulamentadora infraconstitucional.

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA de julgamento:

- (A) F - F - V - V.
- (B) V - V - V - V.
- (C) V - V - F - V.
- (D) F - V - V - F.

Questão 11

(Correta: D)

A probidade, que significa integridade e honestidade, é um dos pilares fundamentais da boa governança. Quando essa virtude é preservada, a Administração Pública consegue manter a confiança da sociedade, promover a justiça social e assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma correta e eficiente. Nesse contexto, a Lei nº 8.429/92 dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa. Sobre o assunto e com base na mencionada legislação, analise as afirmativas abaixo:

I. Em 2021, através da Lei nº 14.230, diversas alterações foram introduzidas na Lei de Improbidade Administrativa, dentre as quais está a necessidade de comprovação do dolo para configuração dos atos de improbidade administrativa.

II. Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções da Lei de Improbidade Administrativa os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

III. O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos à obrigação de repará-lo integralmente, ainda que o valor a ser ressarcido ultrapasse o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

IV. A ação para a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) As afirmativas I e II são verdadeiras e as afirmativas III e IV são falsas.
- (B) As afirmativas I, II, III e IV são verdadeiras.
- (C) A afirmativa II é verdadeira e as afirmativas I, III e IV são falsas.
- (D) As afirmativas I, II e IV são verdadeiras e a afirmativa III é falsa.

Questão 12

(Correta: D)

O Estado, em algumas situações e dentro do exercício da função administrativa, poderá intervir diretamente na propriedade privada. Nesse sentido, uma das formas de intervenção é a desapropriação. Sobre o assunto, analise as afirmativas abaixo, classificando-as em Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

(___) Conceito: Chama-se desapropriação o procedimento pelo qual o ente público, por razões de utilidade pública ou interesse social, mediante pagamento de indenização justa, previamente ajustada com o proprietário, toma para si um bem particular, incorporando esse bem ao patrimônio público.

(___) A desapropriação indireta ocorre nos casos em que o Estado, sem respeitar os procedimentos administrativos e judiciais afetos à desapropriação, invade bem privado. Também é conhecida como apossamento administrativo.

(___) A desapropriação por utilidade pública tem como principal regramento o Decreto-lei nº 3.365/41. Nesse contexto, um dos casos previstos pelo referido Decreto-Lei como de utilidade pública a segurança nacional.

(___) O interesse social, para fins de desapropriação, está diretamente ligado à função social da propriedade. Nesse sentido, o Poder Público age para diminuir algumas desigualdades existentes, especialmente nas áreas em que a função social da propriedade não tem sido implementada pelos seus proprietários. Exemplo mais marcante é a reforma agrária, ou o assentamento de colonos.

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA de julgamento:

- (A) V - F - V - V.
- (B) V - V - F - F.
- (C) F - V - V - V.
- (D) V - V - V - V.

Questão 13

(Correta: A)

A Secretaria de Saúde de um município brasileiro precisa adquirir um medicamento destinado exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde, que acomete um grupo de pacientes atendidos pelo sistema público de saúde local. Diante da gravidade da situação, a Secretaria de Saúde precisa decidir rapidamente qual o melhor procedimento para a compra do medicamento, respeitando as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

Com base na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Por se tratar de medicamento destinado exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde, a aquisição deve ser realizada através de procedimento de dispensa de licitação.
- (B) Por se tratar de medicamento destinado exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde, a aquisição deve ser realizada através de procedimento de inexigibilidade de licitação.

- (C) Por se tratar de medicamento destinado exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde, a aquisição deve ser realizada mediante procedimento de licitação, na modalidade leilão.
- (D) Por se tratar de medicamento destinado exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde, a aquisição deve ser realizada mediante procedimento de licitação, na modalidade concurso.

Questão 14

(Correta: D)

"Podemos denominar de controle da Administração Pública o conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos por meio dos quais se exerce o poder de fiscalização e de revisão da atividade administrativa em qualquer das esferas de Poder".

(CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2019).

Sobre o controle da Administração Pública, analise as alternativas e assinale a opção INCORRETA:

- (A) O controle exercido pela Administração Direta sobre a Indireta pode ser chamado de Controle Por Vinculação ou, ainda, Controle Finalístico, Tutela ou Supervisão Ministerial e não deriva de uma relação de subordinação ou hierarquia.
- (B) O controle interno é aquele exercido por órgãos de um Poder sobre condutas administrativas produzidas dentro de sua esfera.
- (C) Ocorre o controle externo quando o órgão fiscalizador se situa em Administração diversa daquela de onde a conduta administrativa se originou.
- (D) O controle judicial dos atos administrativos poderá ser provocado por qualquer interessado que esteja sofrendo lesão ou ameaça de lesão em virtude da conduta administrativa. O controle judicial, em regra, analisará os aspectos inerentes à legalidade e ao mérito do ato praticado.

Questão 15

(Correta: A)

Para José dos Santos Carvalho Filho, pode ser entendido como Serviço Público "[...] toda atividade prestada pelo Estado ou por seus delegados, basicamente sob regime de direito público, com vistas à satisfação de necessidades essenciais e secundárias da coletividade".

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 33. ed. — São Paulo: Atlas, 2019)

Nesse sentido, objetivando regular o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal, foi

editada a Lei nº 8.987/1995. Com base na referida Lei, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será formalizada mediante portaria.
- (B) Entende-se por concessão de serviço público: A delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- (C) Entende-se por concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegados pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado.
- (D) Entende-se por permissão de serviço público: A delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

Direito Processual Civil e Direito Civil

Questão 16

(Correta: D)

Com relação às provas no Processo Civil, conforme disposições da Lei nº 13.105/2015, analise as afirmativas abaixo:

I.O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito, e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

II.A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes, salvo quando recair sobre direito indisponível da parte ou quando tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.

III.É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapor-los aos que foram produzidos nos autos.

IV.O juiz indeferirá a inquirição de testemunhas sobre fatos que só por documento ou por exame pericial puderem ser provados.

V.É lícito à parte provar com testemunhas, nos contratos em geral, os vícios de consentimento.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, III, IV e V, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) I, IV e V, apenas.
- (D) I, II, III, IV e V.

Questão 17

(Correta: D)

Os Embargos de Terceiro são uma medida processual cabível para proteger direitos de quem, não sendo parte no processo, vê-se atingido por uma decisão judicial que restringe indevidamente um bem de sua posse ou propriedade. Sobre o assunto, com base nas disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Os embargos serão distribuídos por dependência ao juízo que ordenou a constrição e autuados em apartado.
- (B) Na petição inicial, o embargante fará a prova sumária de sua posse ou de seu domínio e da qualidade de terceiro, oferecendo documentos e rol de testemunhas.
- (C) Os embargos podem ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença e, no cumprimento de sentença ou no processo de execução, até 5 (cinco) dias depois da adjudicação, da alienação por iniciativa particular ou da arrematação, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta.

- (D) Não se considera terceiro, para ajuizamento dos embargos, quem sofre constrição judicial de seus bens por força de desconsideração da personalidade jurídica, de cujo incidente não fez parte.

Questão 18

(Correta: B)

As pessoas jurídicas, conforme preconiza o Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002), são de direito público, interno ou externo, e de direito privado. Além disso, determina o referido regramento, que a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado, começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo. Sobre o registro, analise as alternativas abaixo e assinale a opção INCORRETA:

- (A) O registro declarará, dentre outros, se o ato constitutivo é reformável no tocante à administração, e de que modo.
- (B) O registro declarará, dentre outros, a forma e o valor da remuneração dos fundadores ou instituidores, e dos diretores.
- (C) O registro declarará, dentre outros, o nome e a individualização dos fundadores ou instituidores, e dos diretores.
- (D) O registro declarará, dentre outros, as condições de extinção da pessoa jurídica e o destino do seu patrimônio, nesse caso.

Questão 19

(Correta: B)

Os defeitos do negócio jurídico atingem a vontade ou o consentimento, maculando o ato celebrado, o que pode ocasionar a nulidade ou anulabilidade do negócio jurídico. Tendo como base as disposições do Código Civil sobre os defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A lesão, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens.
- (B) O erro não prejudica a validade do negócio jurídico quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.
- (C) É de cinco anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado, no caso de coação, do dia em que ela cessar.
- (D) São os negócios jurídicos nulos por dolo, quando este for a sua causa.

Questão 20

(Correta: D)

Ao ingressar na relação processual, o réu tem a possibilidade de apresentar sua defesa, contestando os pedidos do autor da ação. Também é lícito ao réu apresentar reconvenção, que é um mecanismo de contra-ataque, em que serão formuladas as suas pretensões em face do autor. Sobre a reconvenção, com base nas disposições do Código de Processo Civil, analise as alternativas e assinale a opção CORRETA:

- (A) A reconvenção somente pode ser proposta contra o autor.
- (B) A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito impede o prosseguimento da reconvenção.
- (C) A reconvenção será apresentada em peça apartada da contestação, inaugurando um incidente processual com numeração própria e natureza de ação autônoma.
- (D) O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.

Direito Tributário, Financeiro e Orçamentário

Questão 21

(Correta: D)

"O sujeito passivo da obrigação tributária pode ser um contribuinte ou um responsável. Será contribuinte quando tiver relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador; caso contrário, será denominado responsável. Em ambos os casos, a sujeição passiva depende de expressa previsão legal." (ALEXANDRE, Ricardo. Direito tributário esquematizado. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: MÉTODO, 2016.).

Sobre a responsabilidade Tributária, com base nas disposições do Código Tributário Nacional - CTN, analise as alternativas e assinale a opção INCORRETA:

- (A) São pessoalmente responsáveis, dentre outros, o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos e o espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.
- (B) Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis, os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados.
- (C) A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até à data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.
- (D) Em regra, a pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, não responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato.

Questão 22

(Correta: A)

Os crimes contra a ordem tributária, previstos na Lei nº 8.137/1990, têm como objetivo proteger o sistema de arrecadação de tributos e combater fraudes fiscais, que poderiam comprometer a arrecadação estatal e, por consequência lógica, repercutir em toda a coletividade. Em relação a esses crimes, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Constitui crime contra a ordem tributária recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação.

- (B) Constitui crime contra a ordem tributária omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias.
- (C) Constitui crime contra a ordem tributária utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.
- (D) Constitui crime contra a ordem tributária falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável.

Questão 23

(Correta: C)

No Direito Tributário, os conceitos de "*bis in idem*" e "*bitributação*" são frequentemente discutidos no contexto da limitação do poder de tributar. Considerando esses conceitos, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Ocorre bitributação quando o mesmo ente tributante edita diversas leis instituindo múltiplas exigências tributárias, decorrentes do mesmo fato gerador.
- (B) A Bitributação ocorre quando o mesmo ente federativo cobra o mesmo tributo sobre um mesmo fato gerador, porém em exercícios fiscais diferentes.
- (C) Ocorre *bis in idem* quando o mesmo ente tributante edita diversas leis instituindo múltiplas exigências tributárias, decorrentes do mesmo fato gerador.
- (D) Ocorre *bis in idem* quando entes tributantes diversos exigem do mesmo sujeito passivo tributos decorrentes do mesmo fato gerador.

Questão 24

(Correta: C)

A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será pela Lei nº 6.830/1980, conhecida como Lei de Execução Fiscal. Com relação aos Embargos à execução fiscal, com base nas disposições da Lei de Execução Fiscal, analise as assertivas abaixo:

I.O executado oferecerá embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da citação.

II.Não será admitida reconvenção, nem compensação, e as exceções, salvo as de suspeição, incompetência e impedimentos, serão arguidas como matéria preliminar e serão processadas e julgadas com os embargos.

III.Recebidos os embargos, o Juiz mandará intimar a Fazenda, para impugná-los no prazo de 30 (trinta) dias, designando, em seguida, audiência de instrução e julgamento.

IV.Não se realizará audiência, se os embargos versarem sobre matéria de direito, ou, sendo de direito e de fato, a prova for exclusivamente documental, caso em que o Juiz proferirá a sentença no prazo de 30 (trinta) dias.

V.Se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição de Dívida Ativa for, a qualquer título, cancelada, a execução fiscal será extinta, devendo o Exequente arcar com os ônus processuais.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) As proposições I, III e IV são verdadeiras e as proposições II e V são falsas.
- (B) As proposições I, II, III, IV e V são falsas.
- (C) As proposições II, III e IV são verdadeiras e as proposições I e V são falsas.
- (D) As proposições I, II, III, IV e V são verdadeiras.

Questão 25

(Correta: D)

A repartição das receitas tributárias no Brasil é um mecanismo essencial para garantir a autonomia financeira dos entes federativos e promover o equilíbrio regional. Considerando as normas constitucionais sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Quando o ITR for fiscalizado e cobrado pelos Municípios, 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação lhe pertencerá.
- (B) Os Estados deverão transferir aos Municípios 20% (vinte por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- (C) Pertencem aos Municípios 45% (quarenta e cinco por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- (D) Pertencerá aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

Direito Eleitoral

Questão 26

(Correta: D)

De acordo com o Código Eleitoral, o crime de compra de votos se configura na conduta de:

"Art. 299. Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita".

Assinale a alternativa que aponta CORRETAMENTE a pena cominada para esse crime eleitoral:

- (A) Detenção de 15 dias a seis meses ou pagamento de 30 a 60 dias-multa.
- (B) Pagamento de 30 a 60 dias-multa.
- (C) Detenção até seis meses e pagamento de 60 a 100 dias-multa.
- (D) Reclusão até quatro anos e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Questão 27

(Correta: D)

Dentre as temáticas tratadas pela Lei nº 9.504/1997, que estabelece normas para as eleições, estão as regras para a propaganda eleitoral, inclusive na internet. Conforme preceitua a mencionada legislação, a propaganda eleitoral pela internet pode ser realizada da seguinte forma, EXCETO:

- (A) Em sítio do candidato, com endereço eletrônico comunicado à Justiça Eleitoral e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País.
- (B) Por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, partido ou coligação.
- (C) Em sítio do partido ou da coligação, com endereço eletrônico comunicado à Justiça Eleitoral e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País.
- (D) Por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas cujo conteúdo seja gerado ou editado por qualquer pessoa natural que contrate impulsionamento de conteúdos.

Questão 28

(Correta: A)

De acordo com as disposições previstas no Código Eleitoral, no que se refere aos órgãos da Justiça Eleitoral, em especial as juntas eleitorais, assinale a

alternativa CORRETA:

- (A) Compor-se-ão as juntas eleitorais de um juiz de direito, que será o presidente, e de 2 (dois) ou 4 (quatro) cidadãos de notória idoneidade.
- (B) Os membros das juntas eleitorais serão nomeados 120 (cento e vinte) dias antes da eleição, depois de aprovação do Tribunal Regional, pelo presidente deste, a quem cumpre também designar-lhes a sede.
- (C) O presidente da Junta é obrigado a nomear, dentre cidadãos de notória idoneidade, escrutinadores e auxiliares em número capaz de atender a boa marcha dos trabalhos.
- (D) Compete à Junta Eleitoral apurar, no prazo de 15 (quinze) dias, as eleições realizadas nas zonas eleitorais sob a sua jurisdição.

Questão 29

(Correta: B)

Com relação à arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais, são considerados gastos eleitorais, sujeitos a registro e aos limites fixados na Lei nº 9.504/97:

- I. Correspondência e despesas postais.
- II. Montagem e operação de carros de som, de propaganda e assemelhados.
- III. A realização de comícios ou eventos destinados à promoção de candidatura.
- IV. Propaganda e publicidade direta ou indireta, por qualquer meio de divulgação, não destinada a conquistar votos.
- V. Aluguel de locais para a promoção de atos de campanha eleitoral.

Está(ão) CORRETO(S):

- (A) II, III e V, apenas.
- (B) I, II, III e V, apenas.
- (C) III, IV e V, apenas.
- (D) I, II, III, IV e V.

Questão 30

(Correta: D)

Durante as eleições, a legislação eleitoral brasileira estabelece uma série de condutas vedadas aos agentes públicos, uma vez que sua prática pode afetar a igualdade de oportunidades entre os candidatos. Sobre as condutas vedadas, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) É proibido a qualquer candidato comparecer, nos 6 (seis) meses que precedem o pleito, a inaugurações de obras públicas.
- (B) Em ano eleitoral é vedada a nomeação dos aprovados em concursos públicos, sem ressalva ou exceção, sob pena de nulidade de pleno direito.

- (C) Nos cinco meses que antecedem o pleito é proibido fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.
- (D) É proibido fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público.

Direito Penal e Processual Penal

Questão 31

(Correta: A)

Os Juizados Especiais são órgãos judiciais criados para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência. Com base nas disposições da Lei nº 9.099/95, acerca dos Juizados Especiais Criminais, analise as alternativas e assinale a opção CORRETA:

- (A) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei nº 9.099/95, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- (B) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a aplicação de pena privativa de liberdade.
- (C) Nos Juizados Especiais Criminais não será admitida a atuação de juízes leigos.
- (D) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que se produziu o resultado da infração penal.

Questão 32

(Correta: C)

Os crimes de tortura são tratados na Lei nº 9.455/1997, que define e estabelece punições para diversas formas de tortura. Com base no referido diploma legal, analise as alternativas e assinale a opção CORRETA:

- (A) Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de dois a oito anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a vinte anos.
- (B) A pena cominada para o crime de tortura é detenção, de quatro a oito anos.
- (C) Aumenta-se a pena de um sexto até um terço se o crime é cometido por agente público.
- (D) Constitui crime de tortura, constranger alguém, causando-lhe sofrimento físico ou mental, ainda que sem emprego de violência ou grave ameaça, em razão de discriminação racial ou religiosa.

Questão 33

(Correta: B)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, tipifica diversas situações que configuram crimes contra a criança e o adolescente. Esses crimes envolvem condutas que atentam contra os direitos fundamentais desse público, como a vida, a integridade física e psicológica, a liberdade, a dignidade e a formação moral. Sobre os crimes contra a criança e o adolescente, conforme disposições do ECA, analise as assertivas abaixo e as classifique em Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

(___) Aos crimes cometidos contra a criança e o adolescente, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099/95.

(___) Nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, é vedada a aplicação de penas de cesta básica ou de outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

(___) Os crimes definidos no ECA são de ação pública incondicionada.

(___) Se os crimes previstos no ECA forem praticados por servidores públicos com abuso de autoridade, a perda do cargo, do mandato ou da função, como efeitos da condenação, independem da pena aplicada ou da ocorrência de reincidência.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA de julgamento:

- (A) V - F - V - V.
- (B) V - V - V - F.
- (C) V - V - V - V.
- (D) F - V - V - F.

Questão 34

(Correta: C)

Sobre as disposições concernentes à Ação Penal, tendo como base o contido no Código de Processo Penal, analise as alternativas e assinale a opção INCORRETA:

- (A) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- (B) A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.
- (C) Não sendo caso de arquivamento, ainda que o investigado não tenha confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal, mas desde que a infração tenha sido praticada sem violência ou grave ameaça e a pena mínima seja inferior a 2 (dois) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal.

- (D) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

Questão 35

(Correta: A)

O Código Penal trata dos crimes contra a Administração Pública em seu Título XI. O assunto possui grande relevância, uma vez que as condutas delituosas atentam contra o bom funcionamento e a moralidade da gestão pública. Sobre o assunto, analise as condutas típicas descritas abaixo:

I. Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

II. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

III. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

IV. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio: Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

Assinale a alternativa que contém a ordem CORRETA dos crimes contra a Administração Pública constantes das alternativas acima:

- (A) I Corrupção Ativa; II Prevaricação; III Corrupção Passiva; IV Peculato.
- (B) I Corrupção Passiva; II Peculato; III Corrupção Ativa; IV Prevaricação.
- (C) I Peculato; II Corrupção Passiva; III Prevaricação; IV Corrupção ativa.
- (D) I Prevaricação; II Corrupção Ativa; III Peculato; IV Corrupção Passiva.

Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho

Questão 36

(Correta: A)

Dentre outros assuntos, a Consolidação das Leis do Trabalho disciplina a concessão das férias anuais ao trabalhador. Assinale a alternativa CORRETA, considerando as disposições da CLT, após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, na seguinte proporção:

- (A) 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes.
- (B) 20 (vinte) dias corridos, quando houver tido de 11 (onze) a 15 (quinze) faltas.
- (C) 10 (dez) dias corridos, quando houver tido mais de 40 (quarenta) faltas.
- (D) 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 8 (oito) a 10 (dez) faltas.

Questão 37

(Correta: D)

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, para recorrer de decisão definitiva ou terminativa dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos, a parte deverá interpor:

- (A) Embargos, no prazo de 5 (cinco) dias.
- (B) Agravo, no prazo de 5 (cinco) dias.
- (C) Recurso de Revista, no prazo de 8 (oito) dias.
- (D) Recurso ordinário para a instância superior, no prazo de 8 (oito) dias.

Questão 38

(Correta: C)

A Consolidação das Leis do Trabalho, além de conter disposições sobre a relação entre empregados e empregadores, disciplina o Processo Trabalhista (Título X). No que se refere aos atos, termos e prazos processuais, de acordo com a CLT, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.
- (B) Os prazos estabelecidos serão contados em dias úteis, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.
- (C) Os atos processuais serão públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 (seis) às 21 (vinte e uma) horas.

- (D) Os prazos podem ser prorrogados, pelo tempo estritamente necessário, nas seguintes hipóteses: quando o juízo entender necessário ou em virtude de força maior, devidamente comprovada.

Questão 39

(Correta: B)

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é um benefício instituído pelo governo brasileiro em 1966, sendo regido pela Lei nº 8.036/1990. Em linhas gerais, o FGTS é destinado a proteger o trabalhador em situações de demissão involuntária, além de servir como uma forma de poupança compulsória. Sobre o referido benefício, com base nas disposições da Lei nº 8.036/90, analise as alternativas e assinale a opção CORRETA:

- (A) Possuindo o titular mais de uma conta, a opção da sistemática de saque deverá ser em cada conta separadamente, sendo que, em caso de inexistência de opção em uma conta específica, haverá vinculação automática à sistemática de saque-aniversário.
- (B) O titular de contas vinculadas do FGTS estará sujeito a somente uma das seguintes sistemáticas de saque: saque-rescisão ou saque-aniversário.
- (C) Aplica-se a sistemática de saque-rescisão à movimentação da conta em caso de extinção do contrato de trabalho, ainda que a opção do trabalhador tenha sido a sistemática de saque-aniversário.
- (D) O titular de contas vinculadas do FGTS estará sujeito originalmente à sistemática de saque-aniversário e poderá optar por alterá-la para saque-rescisão, sendo que os efeitos serão produzidos para contas vinculadas posteriores à opção.

Questão 40

(Correta: D)

No que concerne à jornada de trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT preconiza que a duração do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite. Sobre os temas pertinentes à jornada de trabalho, conforme as disposições da CLT, analise as assertivas abaixo:

I. Entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas para descanso.

II. Nos serviços que exijam trabalho aos domingos, com exceção quanto aos elencos teatrais, será estabelecida escala de revezamento, mensalmente organizada e constando de quadro sujeito à fiscalização.

III. A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

IV. A remuneração da hora extra será, pelo menos, 50%

(cinquenta por cento) superior à da hora normal.

Está(ão) CORRETO(s):

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e IV, somente.
- (C) II e IV, somente.
- (D) II, III e IV, somente.

Direito Previdenciário

Questão 41

(Correta: B)

Com relação ao Benefício por Incapacidade Permanente (Aposentadoria por invalidez), nos termos da Lei nº 8.2013/1991, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).
- (B) Concluindo a perícia médica inicial pela existência de incapacidade parcial e temporária para o trabalho, a aposentadoria por invalidez será devida.
- (C) A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.
- (D) O aposentado por invalidez que retornar voluntariamente à atividade terá sua aposentadoria automaticamente cancelada, a partir da data do retorno

Questão 42

(Correta: C)

Conforme disposição expressa da Lei nº 8.2013/1991, o Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho, expressas em benefícios e serviços, quanto ao segurado, EXCETO:

- (A) Benefício por Incapacidade Temporária (Auxílio-doença).
- (B) Benefício por Incapacidade Permanente (Aposentadoria por invalidez).
- (C) Benefício de Prestação Continuada - BPC.
- (D) Salário-família.

Questão 43

(Correta: A)

De acordo com o texto constitucional, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à

previdência e à assistência social. O financiamento destas ações, nesse sentido, será feito por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

- I. Sobre a receita de concursos de prognósticos.
- II. Do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.
- III. Do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, sendo vedada a adoção de alíquotas progressivas.
- IV. Do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes, dentre outros, sobre o lucro.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) As assertivas I, II e IV estão corretas e a assertiva III está incorreta.
- (B) A assertiva IV está correta e as assertivas I, II e III estão incorretas.
- (C) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- (D) As assertivas III e IV estão corretas e as assertivas I e II estão incorretas.

Questão 44

(Correta: C)

Analise as afirmativas abaixo, de acordo com a Lei nº 8.203/1991, classificando-as em Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

"Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas: I - como empregado."

() Aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas.

() A pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral - garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua.

() O servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.

() Aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.

() Quem presta, a diversas empresas, sem vínculo

empregatício, serviço de natureza urbana ou rural definidos no Regulamento.

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA de julgamento:

- (A) F - V - V - V - V.
- (B) V - V - V - V - V.
- (C) V - F - V - V - F.
- (D) V - F - F - V - V.

Questão 45

(Correta: A)

Diversos princípios (ou objetivos como preferiu o legislador constituinte) norteiam a Seguridade Social, sendo que sua interpretação e aplicação terá variações a depender do campo de sua incidência (Assistência Social, Saúde e Previdência). Dentre os princípios a seguir elencados, assinale aquele que NÃO é considerado um princípio da Seguridade Social:

- (A) Unicidade da base de financiamento e ulterioridade da fonte de custeio.
- (B) Seletividade e Distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- (C) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (D) Universalidade da cobertura e do atendimento.

Direito Urbanístico e Ambiental

Questão 46

(Correta: A)

De acordo com as disposições da Lei nº 9.605/1998, que disciplina as sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente, assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE uma circunstância que atenua a pena:

- (A) Arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa da degradação ambiental causada.
- (B) Alto grau de instrução ou escolaridade do agente.
- (C) Comunicação posterior pelo agente do perigo iminente de degradação ambiental.
- (D) Ter o agente cometido a infração em domingos ou feriados.

Questão 47

(Correta: C)

A Lei nº 9.605/1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais, dispõe também sobre as sanções administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Sobre as infrações administrativas, analise as proposições abaixo:

I.Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

II.A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de co-responsabilidade.

III.Uma sanção prevista para às infrações administrativas, observados os requisitos, é o embargo de obra ou atividade.

IV.Uma sanção restritiva de direito, prevista na Lei nº 9.605/98, aplicável às infrações administrativas, é a perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) II e III, somente.
- (B) I, II e III, somente.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I e II, somente.

Questão 48

(Correta: B)

A Lei nº 10.257/2001, amplamente conhecida como Estatuto das Cidades, regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, bem como estabelece diretrizes gerais da política urbana. Dentro dessas premissas, um assunto disciplinado pelo referido Estatuto é a usucapião especial de imóvel urbano. Sobre o tema, com base nas disposições do referido regramento, analise as assertivas abaixo:

I.Dentre outras, é parte legítima para a propositura da ação de usucapião especial urbana, como substituto processual, a associação de moradores da comunidade, regularmente constituída, com personalidade jurídica, desde que explicitamente autorizada pelos representados.

II.A área ou edificação urbana, para fins da usucapião especial, deverá ter até trezentos metros quadrados.

III.Na ação de usucapião especial urbana é obrigatória a intervenção do Ministério Público.

IV.O autor terá os benefícios da justiça e da assistência judiciária gratuita, inclusive perante o cartório de registro de imóveis.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) As assertivas I, II, III e IV estão incorretas.
- (B) As assertivas I, III e IV estão corretas e a assertiva II está incorreta.

(C) As assertivas II e III estão corretas e as assertivas I e IV estão incorretas.

(D) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

Questão 49

(Correta: B)

Dispondo sobre a regularização fundiária rural e urbana, a Lei nº 13.465/2017, dentre outros temas, detalhou o procedimento a ser adotado pelos municípios para efetivar a arrecadação de imóveis abandonados. Tratam-se de normas gerais, que concedem ao município a possibilidade de realizar a reordenação urbana do seu território, devolvendo a função social da propriedade. Nesse sentido, com base no que dispõe o mencionado diploma legal, o procedimento de arrecadação de imóveis urbanos abandonados obedecerá ao disposto em ato do Poder Executivo municipal ou distrital e observando os seguintes requisitos mínimos, EXCETO:

- (A) Abertura de processo administrativo para tratar da arrecadação.
- (B) Comprovação do pagamento da indenização expropriatória realizada pelo Município ao titular do domínio.
- (C) Notificação ao titular do domínio para, querendo, apresentar impugnação no prazo de trinta dias, contado da data de recebimento da notificação.
- (D) Comprovação do tempo de abandono e de inadimplência fiscal.

Questão 50

(Correta: C)

O Direito Ambiental brasileiro é orientado por diversos princípios que norteiam a aplicação das normas e buscam efetivar a proteção ao meio ambiente. Analise as alternativas abaixo e assinale aquela que NÃO contém um princípio fundamental do Direito Ambiental:

- (A) Princípio do Poluidor-Pagador.
- (B) Princípio da Prevenção.
- (C) Princípio da Proteção Defensiva.
- (D) Princípio do Protetor-Recebedor.

Direitos Humanos

Questão 51

(Correta: B)

A Lei nº 12.288/2010, instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, que se destina a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. De acordo com o referido Estatuto, a participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de:

I. Inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social.

II. Modificação das estruturas institucionais do Estado para o adequado enfrentamento e a superação das desigualdades étnicas decorrentes do preconceito e da discriminação étnica.

III. Implementação de programas de ação afirmativa destinados ao enfrentamento das desigualdades étnicas no tocante à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra, à Justiça, e outros.

IV. Promoção de ajustes normativos para aperfeiçoar o combate à discriminação étnica e às desigualdades étnicas em todas as suas manifestações individuais, institucionais e estruturais.

V. Adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) I, III e IV, somente.
- (B) I, II, III, IV e V.
- (C) I, II, IV e V, somente.
- (D) II e V, somente.

Questão 52

(Correta: C)

A afirmação histórica dos Direitos Humanos é resultado de uma série de eventos que marcaram a luta por liberdade, igualdade, justiça e dignidade ao longo da história. Analise as alternativas abaixo e assinale aquela que NÃO representa um marco histórico na evolução da proteção aos Direitos Humanos:

- (A) Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948): Aprovada pela Assembleia Geral da ONU em um contexto pós Segunda Guerra Mundial, estabelece um conjunto universal de direitos e liberdades fundamentais para todos os seres humanos.

(B) Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789): Documento que resultou diretamente da Revolução Francesa, define direitos "naturais e imprescritíveis" como a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão. A Declaração reconhece também a igualdade, especialmente perante a lei e a justiça. Por fim, ela reforça o princípio da separação entre os poderes.

(C) Inquisição (Idade Média): Tribunal Eclesiástico que buscava combater heresias e preservar a ortodoxia católica. O julgamento de heresias ocorria por meio de denúncias e interrogatórios acompanhados de torturas físicas e psicológicas. As punições eram aplicadas pelo Estado de acordo com a gravidade da heresia e do arrependimento do réu.

(D) Declaração de Direitos (Bill of Rights): Documento criado no contexto do final da Revolução Gloriosa (1688 – 1689), que culminou com a queda do rei Jaime II na Inglaterra, estabelecendo limites ao poder real e garantindo direitos fundamentais, como a proibição de punições cruéis.

Questão 53

(Correta: A)

A Constituição de 1988 consolidou a proteção dos direitos humanos no Brasil, assegurando um rol extenso de direitos e garantias fundamentais, além de criar mecanismos institucionais para a sua defesa. Ela também trouxe o Brasil para um novo patamar de respeito aos direitos humanos, compatível com as convenções e tratados internacionais sobre o tema. Sobre o assunto é CORRETO afirmar que:

- (A) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (B) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos não podem ser incorporados ao Direito Brasileiro, por conta da independência nacional.
- (C) Os tratados e convenções internacionais sobre Direitos Humanos, em qualquer caso, por sua importância, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (D) Os tratados e convenções internacionais sobre Direitos Humanos, não aprovados pelo rito do §3º, do art. 5º da CF, serão equivalentes às Leis Complementares.

Questão 54

(Correta: D)

No que concerne à liberdade de consciência e de crença, bem como ao livre exercício dos cultos religiosos, com base nas disposições da Lei nº 12.288/2010, Estatuto da Igualdade Racial, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) É assegurada a assistência religiosa aos praticantes de religiões de matrizes africanas internados em hospitais ou em outras instituições de internação coletiva, inclusive àqueles submetidos a pena privativa de liberdade.
- (B) O direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana compreende, dentre outros, a celebração de festividades e cerimônias de acordo com preceitos das respectivas religiões e a fundação e a manutenção, por iniciativa privada, de instituições beneficentes ligadas às respectivas convicções religiosas.
- (C) O poder público adotará as medidas necessárias para o combate à intolerância com as religiões de matrizes africanas e à discriminação de seus seguidores, especialmente com o objetivo, dentre outros, de assegurar a participação proporcional de representantes das religiões de matrizes africanas, ao lado da representação das demais religiões, em comissões, conselhos, órgãos e outras instâncias de deliberação vinculadas ao poder público.
- (D) O direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana não compreende a produção e a divulgação de publicações relacionadas ao exercício e à difusão das religiões de matriz africana.

Questão 55

(Correta: C)

Conforme disposto no texto constitucional, existindo grave violação dos direitos humanos haverá a possibilidade de se deslocar a competência para processamento e julgamento dos casos para a Justiça Federal. Nesse contexto, com base nas disposições da Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O pedido de deslocamento da competência poderá ser realizado somente na fase de inquérito, sendo vedado o deslocamento da competência na fase processual.
- (B) A apresentação do pedido de deslocamento de competência deve ser suscitada perante o Supremo Tribunal Federal.
- (C) A finalidade de deslocar a competência é assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte.
- (D) O pedido de deslocamento da competência para a Justiça Federal poderá ser feito pelo Ministro-Chefe da Casa Civil.

Legislação Municipal

Questão 56

(Correta: B)

O Código Tributário Municipal, instituído pela Lei nº 486/2005, estabelece que o sujeito passivo poderá formular, em nome próprio, consulta sobre situações concretas e determinadas, no que tange à interpretação e aplicação da Legislação Tributária Municipal. Nesse sentido, por previsão expressa, não produzirá efeito a consulta formulada nos seguintes casos, EXCETO:

- (A) Por quem estiver sob procedimento fiscal iniciado para apurar fatos que se relacionem com a matéria consultada.
- (B) Quando descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir, ou quando contiver os elementos necessários à sua solução.
- (C) Por quem tiver sido intimado a cumprir obrigações relativas ao fato objeto da consulta.
- (D) Quando o fato já houver sido objeto de decisão anterior, ainda não modificado, proferido em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consulente.

Questão 57

(Correta: C)

De acordo com a Lei Orgânica Municipal de Barra do Rocha/BA, sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

- (A) Instituir tratamento isonômico entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.
- (B) Cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos posteriormente ao início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado e/ou no exercício financeiro seguinte àquele em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (C) Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- (D) Conceder qualquer anistia, isenção ou remissão de tributos, mediante lei específica municipal que assim autorize.

Questão 58

(Correta: C)

Tendo como base as disposições da Lei Orgânica de Barra do Rocha/BA, analise as assertivas abaixo, que versam sobre o Poder Legislativo Municipal:

I.O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, constituída de Vereadores Eleitos na forma estabelecida na Constituição da República e na legislação eleitoral.

II.Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e no território nacional.

III.Os Vereadores não são obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas, em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes

confiaram ou delas receberam informações.

IV.É vedado ao Vereador, desde a diplomação, ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato de pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- (B) As assertivas I, II e III estão corretas e a assertiva IV está incorreta.
- (C) As assertivas I e III estão corretas e as assertivas II e IV estão incorretas.
- (D) As assertivas I, III e IV estão corretas e a assertiva II está incorreta.

Questão 59

(Correta: C)

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Barra do Rocha/BA, são bens municipais os imóveis, por sua natureza ou acessão física, e os móveis que atualmente sejam do seu domínio, ou a ele pertençam, bem assim os que lhe vierem a ser atribuídos por lei e os que se incorporarem ao seu patrimônio por ato jurídico perfeito, e ainda:

- (A) As cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.
- (B) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
- (C) A rede viária municipal, sua infraestrutura e bens acessórios.
- (D) Os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.

Questão 60

(Correta: B)

O Código Tributário Municipal, instituído pela Lei nº 486/2005, dispõe, dentre outros assuntos, sobre o Processo Administrativo Fiscal. De acordo com a mencionada legislação, a notificação de lançamento será feita pelo órgão indicado em ato do Poder Executivo e conterà obrigatoriamente, EXCETO:

- (A) O valor do Crédito Tributário e o prazo para recolhimento ou impugnação.
- (B) A assinatura de qualquer servidor lotado nos órgãos do Poder Executivo, independente de autorização prévia para a prática do ato.
- (C) A disposição legal infringida e a penalidade aplicável, quando for o caso.
- (D) A qualificação do notificado.

DISCURSIVA

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Conforme estabelecido em Edital, a prova discursiva consistirá em uma 1 (uma) Peça Profissional, e destinar-se-á a avaliar o domínio do conteúdo dos temas abordados, baseada em tópicos do conteúdo programático para Procurador. A prova discursiva deverá ser respondida em, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 40 (quarenta) linhas. Não será permitido exceder o limite de linhas contidas no formulário de resposta e/ou escrever fora do local indicado para resposta, caso isso ocorra, serão desconsideradas as linhas extras.

Conforme previsto no edital de abertura, será atribuída nota **ZERO** à discursiva que:

- a) Não observar as orientações presentes no caderno de questões;
- b) Com quantidade de linhas inferior ao mínimo solicitado;
- c) Contiver assinatura, rubrica e/ou qualquer palavra e/ou marca que identifique o candidato, fora do campo previamente designado;
- d) Apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos);
- e) Estiver em branco;
- f) Fugir, integralmente, à tipologia textual de texto solicitada e/ou ao tema proposto;
- g) For escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade;
- h) Apresentar letra ilegível e/ou incompreensível;
- i) Apresentar texto escrito com expressões injuriantes, discriminatórias e/ou abusivas.

Observe, ainda:

- ✓ O rascunho da prova discursiva deverá ser feito no espaço apropriado. Seu preenchimento é facultativo, sendo assim, **NÃO** será avaliado;
- ✓ O candidato **NÃO** poderá efetuar consulta a quaisquer fontes ou meios de consulta;
- ✓ A prova discursiva deverá ser redigida de forma clara e sem rasuras pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta de material transparente;
- ✓ A prova discursiva **NÃO** deverá apresentar cópia de questões da prova ou dos textos motivadores;
- ✓ Ao concluir a prova, entregue ao fiscal de sala o cartão de respostas;
- ✓ Na Folha de Respostas Definitivas da prova discursiva, os campos destinados aos dados identificadores do candidato são de uso exclusivo para o controle interno do IDCAP, sendo estes suprimidos para o processo de correção.
- ✓ A correção da prova será de forma desidentificada.

PROPOSTA:

O prefeito de Mercúrio deseja contratar uma empresa para realizar a análise técnica de um novo sistema de controle de trânsito que se encaixa em um nicho altamente especializado e único. O serviço é de natureza técnica e especializado, com conhecimentos e habilidades que não são comuns no mercado.

Para tanto, o Secretário de Trânsito solicitou ao Prefeito que contratasse a empresa XYZ Ltda, por dispensa de licitação, por ser uma OSCIP e ter um valor de prestação de serviço mais em conta, ainda que não seja especializada em sistema de controle de trânsito e, sim, em instalação de semáforos.

Em dúvida como proceder, o prefeito solicitou que você prepare uma petição de justificativa para a modalidade de licitação adequada, detalhando os fundamentos jurídicos para a escolha do procedimento, pois o mesmo não está plenamente convencido quanto à orientação do Secretário de Trânsito.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	